
A CONTRIBUIÇÃO DOS NEGROS PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Nilma Lino Gomes¹

Podemos considerar que existem razões muito profundas para que a reflexão e a prática pedagógica não fiquem distantes da articulação existente entre relações raciais e educação. Nos últimos anos, temos acompanhado uma crescente preocupação entre alguns teóricos da educação em eleger outras categorias de análise que, juntamente com a classe social, o trabalho, o gênero, a cultura, consigam explicitar um pouco mais a complexidade das relações estabelecidas na escola e na sociedade brasileira.

Dentre essas “novas” categorias, a raça vem paulatinamente ocupando espaço, o que nos prova a ação do Movimento Negro e de educadores comprometidos no sentido de desvelar o quanto a questão racial perpassa a construção da sociedade brasileira, desde a sua colonização até os nossos dias.

Vemos que cada vez mais a teoria e a prática educativa se aproximam da reflexão sobre raça e educação, sendo obrigadas a assumir sua centralidade.

¹ Mestre em Educação e professora da Faculdade de Educação da UFMG.

CENTRALIDADE É POSSÍVEL?

Entretanto, podemos nos perguntar: Que indicadores temos para afirmar que a raça possui essa centralidade? E se possui, como podem existir, até hoje, tantos teóricos da educação que a ignoram e a relegam ao último plano? Como se dá essa centralidade da raça no conjunto de ações que perpassam a prática educativa?

Para tentarmos responder a essas questões e a outras que serão suscitadas, recordemos um pouco o processo histórico de formação da sociedade brasileira. A escravidão no Brasil data da chegada dos portugueses, pois até então não existe registro sobre relações escravistas de produção nas sociedades indígenas. Portugal já vinha de uma significativa experiência de exploração da mão de obra escrava.

Essa estrutura excludente se manteve, alijando explicitamente os negros e os índios de qualquer direito, pautando-se não somente na exploração econômica, mas na transformação de um ser humano em propriedade do outro, sem poder deliberativo de realizar seus desejos, vontades, enfim, de ser sujeito de direitos.

Entretanto, o regime escravista e todo o processo ideológico forjado para justificá-lo, com o objetivo de destituir o escravo de sua condição de pessoa e torná-lo em mercadoria, não conseguiram lhe anular a sua condição humana. Pelo contrário, a humanidade e a dignidade dos negros eram reafirmadas cotidianamente, quando estes se contrapunham à escravidão, resistindo e lutando. Esse processo de resistência se deu desde a repulsa ao trabalho compulsório, aos abortos, suicídios, crimes contra os senhores até as fugas e revoltas em maior escala.

A partir de 1888, com a abolição da escravatura, os conflitos continuam e a resistência negra assume outras características dentro do processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. Se a exclusão escravista não se justificava, agora por causa de um preceito legal, a inclusão não poderia acontecer, pois os negros representavam uma massa de ex-escravos e mesmo com a proclamação da República não foram “automaticamente” considerados cidadãos. A luta pela cidadania perpassa toda nossa experiência republicana.

Hoje, após o longo período da ditadura militar, com todo o processo de abertura política e luta pela democratização do país, pode-

mos afirmar que se concordamos que *cidadania já!* é um dos objetivos da luta dos movimentos sociais, temos que reconhecer o quanto esta demanda é cara ao Movimento Negro e a todos os negros que constroem nosso país... Ainda é preciso avançar muito para que o povo negro seja considerado cidadão de direitos no Brasil.

A luta pelo respeito e reconhecimento da cultura negra, por relações de trabalho mais justas e dignas, pela igualdade de direitos sociais a homens e mulheres de diferentes segmentos étnico-raciais, pelo acesso, permanência e êxito do povo negro à educação tem se constituído como um marco na história e nas reivindicações da comunidade negra. É preciso que as diversas organizações do movimento social, os pesquisadores e os profissionais da educação considerem a importância e a especificidade da luta do povo negro. Essa questão passa, necessariamente, pelo reconhecimento da centralidade da raça na produção teórico-educacional e nas análises propostas da própria esquerda brasileira.

A CONTRIBUIÇÃO DO POVO NEGRO PARA O REPENSAR DA ESCOLA

O movimento de renovação do pensamento e da prática educacional no Brasil tem sido marcado pelos movimentos sociais. Estes movimentos em sua diversidade de classe, gênero, raça têm contribuído para mostrar a realidade do nosso sistema escolar, suas contradições e também para sensibilizar pesquisadores, teóricos e reformadores sobre os aspectos dessa realidade. Os movimentos sociais têm trazido novas temáticas, novos olhares e novas ênfases na pesquisa, na teorização e nas propostas de intervenção no nosso sistema educacional. Podemos questionar: que contribuição o processo de luta do povo negro trouxe para a educação?

O olhar dos movimentos sociais para a educação, e particularmente do Movimento Negro, trouxe não somente reivindicações, mas também problematizações teóricas e ênfases específicas para a educação brasileira. Ele requalifica os direitos sociais, amplia a concepção de direito a saúde, lazer, educação.

Tentaremos mostrar neste texto que existe um pensar sobre a educação que é construído a partir do ponto de vista do povo negro.

Nesse sentido, lançamos mais uma questão: como o negro tem contribuído para o pensamento educacional brasileiro? Esclarecemos que ao falarmos em contribuição pensamos em uma ação efetiva e não em meros adendos como nos tem sido ensinado na escola.

A primeira contribuição que apontamos refere-se à denúncia de que a escola reproduz e repete o racismo presente na sociedade. Se concordarmos que a nossa sociedade é marcada não somente pela exploração capitalista, como também pelo sexismo e pelo racismo, a escola, enquanto instituição social, não está isenta desta realidade.

A ênfase na denúncia trouxe um olhar para a escola enquanto uma instituição que também discrimina os negros e veicula valores preconceituosos sobre os mesmos. As denúncias eram e ainda continuam sendo feitas através de atos públicos, de projetos apresentados às Secretarias de Educação, da realização de debates, seminários e pesquisas educacionais sobre a questão racial na sociedade brasileira.

Ao constatar a existência de valores e práticas discriminatórias na escola, o Movimento Negro e demais interessados na questão racial pressionaram os programas de material escolar, alertaram os professores quanto à discriminação racial presente nos livros didáticos, nos cartazes espalhados pelas escolas, nas escolhas dos alunos para participarem das festas e auditórios, na reprodução dos apelidos dirigidos às crianças negras.

A fase da denúncia nunca sairá da luta do povo negro. É preciso denunciar o racismo. Sempre. Entretanto, o amadurecimento da militância negra foi mostrando que além de denunciar era necessário, também, apresentar propostas, construir práticas alternativas, realizar pesquisas, investir na formação dos professores na luta contra o racismo e contra a discriminação racial na escola brasileira.

A segunda contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro refere-se à ênfase no processo de resistência negra. Enquanto a escola brasileira omitir a resistência negra, realizar equívocos e distorções históricas, veicular a falsa imagem do negro como amorfo e indolente estará contribuindo para a reprodução do racismo. Tal afirmação deixa a escola chocada! Mas tem um efeito positivo, pois só assim os profissionais da educação passam em revista a sua prática pedagógica diante da realidade racial brasileira.

Em contraposição ao 13 de maio (ressignificado pelo Movimento Negro em Dia Nacional de Luta Contra o Racismo), o povo negro afir-

ma o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – como aquele que deve ser comemorado pela população negra, pela escola e pela nossa sociedade. Elege-se Zumbi como um dos líderes negros que deve ser lembrado, reconta-se a história dos diversos quilombos espalhados pelo país e das muitas revoltas organizadas pelos negros.

A comunidade negra, através das diversas organizações do Movimento Negro, denuncia a abordagem histórica dada pela história oficial sobre a participação do negro na formação da sociedade brasileira. A história oficial não contempla a luta dos movimentos sociais. O Movimento Negro tem pressionado a escola, os teóricos e pesquisadores no sentido de recontar a história em sua dimensão conflitiva.

A sensibilidade de alguns autores para com a história feita pelo povo e que tem como característica o processo de resistência vem sendo incorporada em algumas reformas curriculares. Apesar de nem sempre a história das diversas manifestações da resistência negra ocupar espaço nos currículos e programas escolares, não podemos deixar de reconhecer que aqueles que a incorporaram o fizeram devido às pressões do Movimento Negro, juntamente com o compromisso de profissionais interessados na superação do racismo e da discriminação racial.

Entretanto, é necessário reconhecer que, se avançamos na incorporação de uma outra história popular, ainda estamos bem distantes da inclusão da história do povo negro em todos os currículos e programas escolares. Podemos dizer que a consideração do processo de resistência negra é ainda incipiente nas pesquisas educacionais e nas práticas escolares.

A terceira contribuição refere-se à centralidade da cultura. Não se trata aqui de polemizar a existência de uma cultura negra ou cultura brasileira e tampouco cair na enfadonha discussão sobre relevância ou não de um relativismo cultural.

Trata-se de reconhecer que existe uma produção cultural que é realizada pelos negros, a qual possui uma história ancestral, que nos remete à nossa origem africana. Assim, a dança, a música, a religião, os ritos, as tradições, as festas do povo negro no Brasil, apesar de sofrerem a incorporação de culturas de outros grupos étnico-raciais, possuem algo peculiar que é próprio da ancestralidade africana e que não pode ser retirado, pois garante a nossa identidade.

Os negros trouxeram para a escola a reflexão de que, além de sermos seres cognitivos, somos também seres culturais. E essa cultura muitas vezes se choca com a cultura escolar permeada por uma estrutura rígida, pelo currículo mínimo, pelos conteúdos desinteressantes, pelo tempo linear e seriado, por uma visão restrita da corporalidade, pelo adestramento dos ritmos, pela ausência da musicalidade.

A consideração de que existem diferentes identidades é a quarta contribuição trazida para o campo da educação. Os negros trouxeram para a educação o questionamento do discurso e da prática homogeneizadora, que despreza as singularidades e as pluralidades existentes entre os diferentes sujeitos presentes no cotidiano escolar.

Desde então, passou-se a discutir e afirmar que os negros constroem uma identidade racial que é fruto de uma ascendência africana e se realiza através das diversas relações estabelecidas nos diferentes espaços sociais e no trabalho. A escola é um desses espaços, em que passamos um longo período de nossas vidas. Questiona-se, então, a escola: como ela tem interferido ao longo do processo de construção da identidade racial de professores e alunos de diferentes pertencimentos étnico-raciais? Como lidar com o fato de que o ser humano constrói diferentes identidades: de raça, de gênero, de classe, de idade etc.? E como atuar na prática pedagógica, compreendendo que todas estas identidades se constroem e se manifestam ao longo do nosso processo social e de formação humana?

A quinta contribuição refere-se ao repensar a estrutura excludente da escola e a denúncia de que tal estrutura precisa ser reconstruída para garantir não só o direito de acesso à educação, como também a permanência e o êxito dos alunos de diferentes pertencimentos étnico-raciais e níveis socioeconômicos.

Como essa estrutura rígida e excludente atinge o povo negro? Será que ela não atinge de maneira igual todos aqueles que pertencem à classe trabalhadora? Não. Afirmo que essa exclusão se dá de forma e intensidade distintas para sujeitos de diferentes pertencimentos étnico-raciais.

Se nos debruçarmos sobre uma análise mais detalhada daqueles que são excluídos do processo de educação formal, encontraremos, dentre estes, uma parcela significativa de negros. Luiz Cláudio

Barcelos,² ao analisar os dados da PNAD do Senso de 1988, concluiu que o acesso à escola aumentou, mas a evasão e a repetência que incidem sobre a classe trabalhadora brasileira se faz sentir, sobretudo, na trajetória escolar acidentada dos alunos pertencentes ao segmento negro da população. Isso vem comprovar que, para os negros, entrar na escola agora está mais fácil; o difícil é sair dela com êxito.

Pensar a educação brasileira do ponto de vista do povo negro é compreender que o processo de exclusão deste segmento étnico-racial não acontece somente em nível ideológico, que se faz notar na reprodução de estereótipos racistas nos livros didáticos, na baixa expectativa do professor em relação ao aluno negro, na veiculação de teorias racistas, na folclorização da cultura negra, mas também na existência de um sistema de ensino pautado em uma estrutura rígida e excludente que representa campo fértil para a repetência e a evasão.

É ainda Luiz Cláudio Barcelos³ quem aponta para o fato de que os índices de repetência na 1ª série indicam que um ano é insuficiente, cronológica e pedagogicamente, para a alfabetização das crianças. Como ainda podemos, então, insistir na seriação? Como não pensarmos em romper com as estruturas tradicionais que estão arraigadas na escola? Quantas crianças negras continuarão sendo excluídas da escola, se insistirmos no sistema seriado?

Estas são algumas pistas para pensarmos sobre a importância da centralidade da raça na discussão educacional e que demonstram o quanto o pensamento educacional brasileiro sofre influências, pressões e recebe contribuições do povo negro.

Seria mais interessante que os educadores, ao invés em relutarem em aceitar tal fato, o incorporassem às análises já realizadas sobre a centralidade do trabalho, da cultura, do tempo. Quem sabe teremos como resultado um conjunto de pesquisas, práticas e projetos educacionais mais próximos da nossa própria realidade? Repensar a educação passa, necessariamente, por repensar o papel que a raça ocupa na construção da sociedade brasileira.

2 Barcelos (1993).

3 Id. ibid.

NEGRO E EDUCAÇÃO: A REALIDADE DE DUAS EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS EM BELO HORIZONTE

Ainda discutindo as propostas, intervenções e contribuições que o povo negro tem trazido para a educação, podemos apresentar duas experiências que vêm se desenvolvendo na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Uma delas é o Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-Brasileiros/UFMG (GIEAB). Este grupo, fundado em março de 1991, é formado por alunos de graduação, pós-graduação e professores da Faculdade de Letras, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Faculdade de Educação da UFMG.

O GIEAB surgiu com o propósito de introduzir nestas instituições a linha de pesquisa sobre a questão racial na sociedade brasileira. Pretende resgatar, contribuir e estudar a produção de conhecimento sobre a população negra respeitando-lhe a memória, valorizando o seu papel sociocultural, político e econômico na história do Brasil. Pretende ainda realizar trabalhos de extensão que atinjam não só a comunidade em geral, mas principalmente a comunidade negra.

Ao longo desses anos, o Grupo Interdisciplinar tem realizado seminários, mostras de trabalho, exposições e debates abertos ao público e produzido pesquisas que privilegiam a raça como a principal categoria de análise.

Apesar de a educação não ser o único tema do trabalho do grupo, é considerada ponto fundamental de discussão e intervenção na sociedade. Nesse sentido, o GIEAB está contribuindo com professores da rede de ensino ao realizar palestras nas escolas, possibilitando também consultas ao seu acervo bibliográfico.

Podemos apontar alguns resultados alcançados por este trabalho até o momento atual: a introdução da discussão sobre a questão racial de forma mais efetiva na UFMG, principalmente na Faculdade de Letras; a aprovação de todos os projetos de pesquisa apresentados pelo GIEAB, incluindo o PAD (Programa de Aperfeiçoamento Discente); o aprofundamento teórico dos próprios integrantes culminando com a entrada de quatro membros na pós-graduação; a divulgação de trabalhos acadêmicos produzidos por pesquisadores negros; e a articulação com as diversas organizações do Movimento Negro.

Porém, apesar dos avanços, o GIEAB enfrenta muitos obstáculos. E é bom que registremos alguns deles, pois nos mostram como é difícil manter um grupo, dentro da universidade, que privilegie a questão racial como tema de pesquisa. Estes obstáculos tornam-se, também, desafios: a desconsideração por parte de muitos professores e pesquisadores de que a raça pode ser considerada como uma categoria de análise, a escassez de bibliografia específica nas diversas áreas, o conflito dos membros em distribuir e organizar o seu tempo entre a pesquisa e o trabalho (sobrevivência), a dificuldade de institucionalização do GIEAB na própria UFMG,⁴ o olhar equivocado de alguns militantes do Movimento Negro sobre a legitimidade do pesquisador negro, dentro da universidade, que elege a questão racial como seu tema de estudo.

Todavia, apesar dos conflitos e das dificuldades, não podemos desconsiderar que a existência de um grupo de universitários negros representa uma conquista no processo de luta e resistência negra e a ocupação de um espaço de poder (principalmente se este é constituído majoritariamente por mulheres). Das senzalas até a universidade um longo e árduo caminho de luta tem sido trilhado pelos negros, na sociedade brasileira. Como nos diz Caetano Veloso: “o povo negro entendeu que o grande vencedor se ergue além da dor”.

A segunda experiência a ser apontada é mais recente. Refere-se ao grupo Educação e Diversidade Étnico/Cultural (EDEC), fundado em 1994 no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE), órgão da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

O EDEC, ainda muito recente, surgiu da iniciativa de algumas professoras negras da rede municipal de ensino (algumas atuando na escola e outras no CAPE). A urgência de um trabalho efetivo sobre a questão racial nas escolas, a necessidade de inserção de debates e discussões sobre escola e cultura, diversidade étnico-cultural e relações de gênero no trabalho com a formação de professores foram motivos que levaram à criação deste grupo.

É atuando junto aos processos de formação que poderemos refletir com os professores sobre práticas discriminatórias e preconceituosas, aprofundar teoricamente, produzir material didático alternativo

4 Neste ano de 1995, o GIEAB foi convidado a fazer parte do Centro de Estudos Literários (CEL) da Faculdade de Letras da UFMG. Esta inclusão pode ser considerada uma etapa do processo de institucionalização.

e discutir sobre a necessidade de adoção de uma postura profissional mais ética no que se refere à diversidade.

O EDEC tem como linhas de ação investir no aprofundamento teórico da própria equipe, realizar seminários, debates, filmes comentados, envolver professores da rede e a equipe do próprio Centro de Aperfeiçoamento na discussão de temáticas como os processos de formação humana, educação e cultura, escola e diversidade étnico-cultural e atuar no processo de formação em serviço dos profissionais da rede municipal.

Devido aos seus objetivos e ao trabalho realizado, o EDEC tem se tornado uma das principais frentes de trabalho na implantação do projeto Escola Plural na rede municipal de Belo Horizonte.

Apesar do pouco tempo de atuação, o EDEC tem concluído que para alterar profundamente o tratamento dado às relações raciais e de gênero no campo da educação, além de pesquisas, debates, acompanhamento, publicações, denúncias, propostas alternativas, faz-se necessário, também, romper com as estruturas excludentes da escola.

Se reconhecemos que a seriação, a linearidade do tempo escolar, a pobreza dos currículos, a fragmentação dos conteúdos são fatores que afetam diretamente o povo negro, como não propormos mudanças dentro dessa estrutura?

Nesse sentido, as integrantes do EDEC têm se empenhado junto com toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte na implantação da proposta político-pedagógica Escola Plural, que, entre outras coisas, traz profundas alterações nos currículos, na organização do trabalho e do tempo escolar.

A realidade educacional do povo negro e o trabalho com as escolas nos mostram que, além de intervir nos fatores intraescolares, é necessário rompermos a estrutura rígida do nosso sistema de ensino. Professores/professoras e alunos/alunas de diferentes segmentos étnico-raciais e nível socioeconômico são sujeitos de direitos e, enquanto tal, devem ter acesso a uma educação mais democrática e menos excludente.

REFERÊNCIAS

AYALA, M. Poesia de negros: fragmentos de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 163-167, 1988.

BARCELOS, L. C. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 3-88, ago. 1993.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GRUPO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS. *Regimento Interno*.

MELO, R. L. C.; COELHO, R. C. F. *Educação e discriminação dos negros*. Belo Horizonte: IRHJP, 1988.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, P. B. G. Diversidade étnico-cultural e currículos escolares: dilemas e possibilidades. *Cadernos CEDES*, São Paulo, Papirus, n. 32, 1993.

TODOROV, T. *Nós e os outros: a reflexão sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.